**What to do? - beyond the social sciences, violence in the world of symbolic interactionism**

In times of ecological catastrophe caused by human activity, western civilization calls back to the past and to legitimate authority, in search of security. The sciences, and social sciences, divided, show they are unavailable to develop hope in the future as well in human abilities.

The recovery of the unity of science with hope confidence requires recognition and understanding of the institutional mechanisms that hijack people and sciences, subordinated to imperial logic, with the complicity of the centripetal sciences.

What needs to be done is to identify the need to liberate the sciences from the walls that they themselves have built by turning them into centrifugal, bridge-building sciences. To this end, the opposition of imperial interests must be relied upon and alliances with strategies for liberating human action to be harmonized with nature. Only the convergence of social movements will enable the institutionalization of new cognitive freedoms in science and the professions.

**Contra capa**

Em tempos de anúncio de catástrofe ecológica provocada pela acção humana, a civilização ocidental volta-se para passados míticos à procura de autoridades legítimas, em busca de segurança. As ciências, e em particular as ciências sociais, divididas, parecem incapazes de oferecer esperança no futuro e nas capacidades humanas.

A recuperação da unidade das ciências com a esperança e a confiança exige reconhecimento e compreensão dos condicionalismos institucionais que sequestraram as pessoas, e as ciências, subordinadas à lógica imperial, com a cumplicidade das ciências centrípetas.

O que há a fazer é identificar a necessidade de libertar as ciências do muros que elas próprias construíram, transformando-as em ciências centrífugas, construtoras de pontes. Para tal há que contar com a oposição dos interesses imperiais e fazer alianças com as estratégias de libertação da acção humana para harmonização com a natureza. Só a convergência dos movimentos sociais possibilitará a institucionalização das novas liberdades cognitivas na ciência e nas profissões.

Que fazer?

# para além das ciências sociais, a violência no mundo da interacção simbólica

A aliança entre comunistas e liberais, forjada entre guerras e vitoriosa contra os nazis, condicionou a solidariedade entre as ideologias: as alegadas superioridades morais dos verdadeiros trabalhadores e dos verdadeiros empreendedores, aliados de interesses contraditórios e polarizados partidariamente elaborados, esmagaram a moralidade dos não iniciados. Reduzem as oportunidade de solidariedade humana à adesão, à esquerda ou à direita, a um mesmo projecto de exploração da natureza que, no futuro, segundo prometem uns e outros, trará riqueza e bem-estar para todos.

Os estado de sonhar acordado num futuro que nunca mais chega resultou na irritação do meio ambiente, ilustrado pela extinção de muitas espécies de vida e pela alteração do funcionamento da atmosfera. A humanidade, em vez de viver em paz, tornou-se uma praga da Terra e revela-se incapaz de mudar de comportamento.

Os estados de espírito não têm curso conceptual nas ciências sociais. Todavia, são úteis para explicar porque é que as gerações mais bem formadas de sempre se sentem impotentes e, na prática, são cúmplices e feitoras dos ecocídios e da era a que os geólogos chamam Antropoceno.

Os estados de espírito são muito voláteis, é verdade. Mas, a certos níveis de experiência, aos diferentes níveis sociais, os estados de espírito são também muito estáveis. Cada cultura de administração articulada com as culturas profissionais numa mesma organização pode estar presentes por anos, décadas, e mais tempo. Tais culturas tornam-se parte integrante de qjuem nelas é sucessivamente chamado a participar. São mais fáceis de observar a quem está fora de a quem está dentro das organizações; observáveis por introspecção, tais culturas são geralmente difíceis de recriar voluntariamente. São produto das circunstâncias e da evolução das organizações. Por outro lado, a educação e o treino são formas conhecidas e muito difundidas de fixar e reproduzir estados de espírito profissionais; estados que são ao mesmo tempo físicos, fisiológicos, mentais e sociais. Tornar objectiváveis os estados de espírito que caracterizam organizações e profissões, mas também nações e famílias, pode ser um trabalho para a ciência.

De que maneira são fisiológica e fisicamente diferentes as pessoas que vivem em diferentes épocas históricas, e as que vivem vidas tão diferentes como o trabalho manual e o trabalho intelectual, por viverem com mentes e em partes diferentes da sociedade? De que modo cada época, cada casta, cada ordem, cada classe social, prendem as pessoas que nelas vivem a um mundo eventualmente caracterizável por níveis de violência e de qualidade de interacção simbólica característicos? De que modo a violência, a interacção simbólica e os estados de espírito estão à altura de mudar a sociedade e o mundo?

O que há a fazer para combater os riscos climáticos? Será acabar com as promessas que nunca chegam e fazem dos políticos os maiores aldrabões? Será acabar com a extrema violência que assiste à manutenção do sistema dominante de organização irracional das sociedades humanas? Será denunciar o estado de espírito milenar que hegemoniza as nossa vidas: o espírito imperial?

Há muitíssimas maneiras de o fazer. Todas são conhecidas e, porém, nenhuma funciona. Talvez porque não basta estar uma presente: são precisas todas a trabalhar na mesma direcção ao mesmo tempo. Não funcionam porque o estado de espírito imperial continua predominante, dividindo, verticalizando, sequestrando o social.

À direita e à esquerda, todos concordam em combater o imperialismo. Porém, por que não o fazem? À direita diz-se, com razão, que o estado corporiza o espírito imperial e há que o combater e negar, por isso. Mas acredita-se, erradamente, que as empresas emagrecidas e a transformação dos trabalhadores em colaboradores e em empreendedores não são sintomas de uma organização imperial. Sem a extrema violência dos estados e os privilégios concedidos aos mais ricos, o ideal conservador ou neoliberal de sociedade nem sequer poderia ser formulado.

À esquerda diz-se, com razão, que o neoliberalismo é pura selvajaria moral e intelectual. A ideia de haver uma Terra a explorar para garantir a prioridade aos lucros é uma insanidade, é o vício do risco. Risco externalizado para a natureza e para os subordinados, desqualificados moralmente como a natureza. Para a esquerda, a sobrevivência não justifica pisar os outros e destruir a vida. Por falta de imaginação, porém, em vez de reconhecer o grande erro das esquerdas, o de ter transformado o socialismo real num projecto imperial, e o de ter transformado a social-democracia na subordinação aos negócios imperiais norte-americanos, insiste no retorno ao estado social, ao lugar da aliança comunista-liberal forjada entre guerras e que nos trouxe ao neoliberalismo.

Que fazer?

Tipicamente, os escritores que dão conta deste nó górdio, deste desespero, falam da esperança da escola e da escolarização vir em nosso socorro. Não leram, ou não viram com bons olhos, as reflexões de Ivan Illich sobre a necessidade de abolir as escolas, famosas nos anos setenta e ignoradas desde então. Sinais (do espírito) do tempo. A aliança comunista-liberal, na base do *New Deal* e do desenvolvimento mundial após a descolonização, transfigurou-se em neo-liberalismo, em deslocalização das indústrias para os países em desenvolvimento controlados financeiramente através de sistemas de comunicações informatizados, de que o sistema financeiro global é um protótipo de grande escala.

A escola deve ser apontada como reprodutora do espírito imperial. A escola naturaliza o espírito imperial, como se na sua ausência apenas as pessoas existissem, sem sociedade. Espírito imperial que nos deixa sequestrados numa sociedade rígida, em que apenas os heróis têm livre arbítrio. Os outros, a sociedade de massas, conformam-se com os desígnios traçados pelos dirigentes, cuja apologia garante que são racionais, certificados por peritos.

Há muita coisa a fazer: rendimento básico incondicional de todos para todos, justiça transformativa, anti-extrativismo, democracia abolicionista, decrescimento, a denúncia da situação das crianças pobres e/ou abandonadas, a serem preparadas para se tornarem adultos estigmatizados e abusados, nas cadeias ou na prostituição, etc. O obstáculo comum que impede estas orientações de trabalho cívico de serem eficientes é a adopção acrítica do espírito imperial. Público, instituições, profissionais, vítimas, todos estão presos ao consenso de que qualquer actividade só pode ser levada a cabo através de uma organização de tipo imperial, representada por um triângulo com vértice para cima. Este regime é imposto normativamente através de constituições, leis, organizações, sistemas de financiamento de projecto, etc. Será possível a libertação?

Este livro trata do que se pode fazer com a produção de conhecimentos: a criação de escolas para além das ciências sociais, [https: //schoolbeyondsocialsciences.wordpress.com](https://schoolbeyondsocialsciences.wordpress.com), isto é, espaços de expressão e processamento daquilo que as ciências sociais escamoteiam, por também elas serem cúmplices do espírito imperial.

Argumenta o livro que, para além das ciências sociais (centrípetas) há as ciências (centrífugas). Ciências que deveriam ser acompanhadas de novos estados de espírito e novas formas de expressão anti-imperialistas, anti-hegemonia anglófona: por exemplo, isso poderia ser avançado através da promoção das línguas gestuais como línguas universais de cultura científica.

A prisão, a fome, a miséria, a guerra, os abusos de poder, não terminaram nem com o fim da II Guerra Mundial, nem com o fim da Guerra Fria, nem com a globalização. Ao contrário, vivem-se tempos em que o passado deixa de ser um fantasma da história para se tornar vampiro à solta.

Como é que o grande desenvolvimento das ciências sociais e a geração melhor educada de sempre admitem, sem se constituírem em oposição, a persistência do intolerável, incluindo a destruição do meio ambiente global para manter o crescimento económico que é, também, uma das causas das misérias citadas? A resposta simples é: fechadas em si mesmas, as ciências sociais e a humanidade, usam estratégias contraproducentes e perversas para escapar à violência própria da vida, metendo a cabeça debaixo da areia e organizando violência em todas as direcções, incluindo contra a própria humanidade, como fazem os auto-mutiladores.

O narcisismo pode degenerar em doença mental. As ciências sociais que se alheiam mutuamente umas das outras e das ciências naturais representam uma humanidade necessariamente alienada da natureza e de si mesma, enlouquecida, confundindo submissão e coordenação de esforços com subordinação e sacrifício.

A primeira parte do livro mostra como a manipulação utilitária, industrial e belicista, da produção de conhecimentos limitou a liberdade de pensar, que nunca foi ilimitada. Procurou, e parcialmente conseguiu, reduzi-la a reacções pavlovianas aos desígnios de poder, por mais absurdos que sejam, e são. Não se trata de uma teoria da conspiração: trata-se de abrir espaço a uma conspiração cognitiva capaz de libertar do sequestro imperial os trabalhadores intelectuais, conscientes de que se a sociedade, em geral, não se libertar da situação em que se encontra, não será viável o sucesso de nenhuma conspiração iluminada.

A segunda parte do livro faz um caminho de libertação conduzido na direcção da contestação das ideias sobre a humanidade isolada da natureza, simbolicamente pelo amor de Deus, todo poderoso, que inspirou o poder dos aristocratas e continua, apesar das revoluções modernas, a inspirar os dirigentes que se imaginam com direito a privilégios. Qualquer abordagem racional e científica da vida e experiência humanas deveria ter presente a íntima e evidente intrincação entre a cosmos, a Terra, a oportunidade dada à vida e à sua evolução, de que a espécie humana emergiu. O mistério da vida, que existe, pois não sabemos responder como ela surgiu, não deve ser motivo de cepticismo científico. Nem a complexidade deve produzir tal efeito mental. Ao invés, trata-se de organizar, mais uma vez e sempre, o assalto à verdade. Já é tarde para voltar atrás, mas podemos escolher melhor os conhecimentos que tenham mais hipóteses de nos conduzir no tempo do Antropoceno.

Antecipando as conclusões, a censura organizada pelos gestores das ciências ao estudo dos panos de fundo que ligam os mais diversos níveis de realidade entre si, o cosmos, a vida, deve ser denunciada e ultrapassada. Tarefa que se fará com a participação de toda a sociedade, ou não se fará. Por exemplo, enquanto as sociedades e as pessoas continuarem encantadas com a violência, sem saberem porquê, sem encararem a violência tal como ela é, não estarão em condições de fazer vingar os seus instintos mais positivos, como aqueles plasmados nas declarações de direitos humanos.

Este livro é a expressão de uma fase adiantada do trabalho que inclui a inspiração de conceber e explorar estados de espírito, como conceito sociológico, [http: //home.iscte-iul.pt/~apad/estesp/](http://home.iscte-iul.pt/~apad/estesp/), e o resultado de alimentar um blog científico *hypotheses*, “Para que Serve a Sociologia?”, [https: //sociologia.hypotheses.org/](https://sociologia.hypotheses.org/), 1914-19. Representa a descoberta tardia de que, afinal, a inspiração foi o trabalho das referências esquecidas das leituras de Charles Cooley, George Mead, Ivan Illich, com as quais refinei as lições de Durkheim sobre a sociedade como consciência e sobre a educação como forma de aprimorar a consciência social das crianças. Nicos Mouzelis pensa que não sou o único sociólogo a usar referências esquecidas. Escreveu que os melhores sociólogos das mais importantes nacionalidades, como Elias, Bourdieu e Giddens, usaram Talcott Parsons, sem o citar, com terminologia diferente (Mouzelis, 1995: 7). Dir-se-ia que o espírito sociológico se transmite nas escolas, como espírito profissional, e mesmos os sociólogos de elite dificilmente escapam aos limites do campo de pensamentos possíveis assim criado, sem consciência de que estarem sequestrados. Se saírem do campo deixam de ser sociólogos.

Será a sociologia um eterno retorno? A reformulação das mesmas ideias por diferentes autores, todos competindo entre si mas solidários na distância que criam com outros pensadores e profissionais? Ou, ao invés, a sociologia varia com o público, com o meio ambiente, interpretando de forma distinta e eventualmente contraditória os mesmos textos em épocas ou contextos diferentes? A sociologia é aquilo que fazem os sociólogos ou é aquilo que a sociedade reclama da acção dos sociólogos e das instituições que os credenciam? A sociedade é o que acontece quando se juntam pelo menos duas pessoas, ou a sociedade está presente sempre que uma pessoa, ainda que seja um autor, se apresenta?

George Mead tem sido lido como um autor com um pé dentro e um pé fora da sociologia. A sociologia exige a si própria distinguir-se da psicologia, e vice-versa. Mead não faz essa distinção. Distinção que as pessoas com menos formação também não fazem, mas que os formados em ciências sociais sabem fazer.

Para Mead, o próprio e o outro apenas existem em relação, e jamais em isolamento. São produto da evolução da mente entre os seres vivos e, em especial, no seio da espécie humana. O próprio e os outros, em Mead, enfrentam-se e confundem-se uns com os outros. Cada humano representa-se a si próprios em contraponto aos outros, de que é um espelho. Nenhuma experiência se pode repetir num espaço-tempo complexo que se recria permanentemente. Então, o que nos parece continuar na mesma? E como a mudança ou a transformação nos aparece singela e singular, rara?

O que continua na mesma, ensina Mead, são os símbolos produto de esforços recorrentes de consensualização e as interacções estereotipadas que acompanham os hábitos e os símbolos, aos quais nos sacrificamos ritualmente, como forma de nos referirmos simbolicamente a práticas em processo. Agimos sempre de modo diferente, mas exigimos uns dos outros reconhecer e ajudar a reconhecer que, actores e observadores, fazem os mesmos gestos previsíveis. Assim nos organizamos e nos sentimos mais seguros.

O mesmo se passa entre os sociólogos. Como os outros seres humanos, preferimos sentir-nos seguros. Por isso nos esforçamos por exigir o reconhecimento social da nossa acção como rotineira, tal como a dos outros. A sociedade, escreveu Durkheim, é aquilo que faz com que as acções das pessoas sejam regulares, apesar da probabilidade espontânea de o serem ser mínima. Para Durkheim, a sociedade, a solidariedade, é o efeito, o resultado, daquilo que Mead identificou como o esforço prático, artificial, de que os humanos estão biologicamente capacitados, de consensualização de símbolos que organizam a acção social (que é ao mesmo tempo pessoal).

O mundo do interaccionismo simbólico é holista, no sentido de não fazer distinção material entre a biologia, o genes e a fisiologia, o individuo, a experiência e a incorporação, e o social, os símbolos e as práticas de consensualização e violência a que estão associados.

Actualmente, as ciências sociais não são compatíveis com ciências naturais e, por isso, se forem científicas, sê-lo-ão de uma maneira diferente. As teses de Mead ficaram num limbo, a psicologia social, uma disciplina das ciências sociais que procura romper os sistemas fechados em que as ciências se tornaram.

A conceptualização dos estados de espírito contou com a mesma resposta da sociologia que as teorias de Mead provocam: alguma irritação. O uso do conceito obriga a um trabalho suplementar de evitar a simples redução da acção àquilo que tem de consensual. Por exemplo, o espírito de submissão, interacção simbólica fixada de modo ambivalente, aclarado com conotações que acompanham a palavra, serve a relações sociais muito diferentes entre si, como as entre pais e filhos, entre chefes e seguidores, patrões e empregados. A submissão pode ser sinónimo de respeito e amor, pragmatismo e reconhecimento, subordinação e exploração. O conceito de espírito de submissão, e estado de espírito, pressupõem a distinção de diferentes níveis de realidade coexistentes, ao mesmo tempo pessoais e sociais, em que palavras, conotações, práticas, consciências, intenções e estigmas, circulam em função da instabilidade própria de cada momento. Num estado de guerra, as relações familiares, de vizinhança, dentro das organizações, são muito diferentes e previsivelmente internamente mais consensuais, do que em estados de menor tensão social. Por isso os estados decidem inventar guerras, dentro ou fora de fronteiras, para acolitarem os seus seguidores à custa do sacrifício geral, mas simbolicamente fixado em vítimas bem determinadas e conhecidas, os inimigos, onde os sentimentos negativos são expiados.

A reacção pragmática à proposta de se entrar por estes caminhos de investigação é dizer que tal conceito não é analisável. Isso é verdade e não o é. É verdade que a teoria de Mead é contraditória com a epistemologia cartesiana. Recusa isolar partes para depois as justapor, como fazem as teorias sociais dominantes. Não é verdade que não se possam analisar estados de espírito, outros generalizados e modos de viver os *selves*, pois não é preciso ser sociólogo para sentir, nestes últimos anos, a crescente influência do estado de espírito fascista a pairar pelo mundo inteiro, ou a inquietação crescente sobre as alterações climáticas. Ignorar a existência de fenómenos sociais evidentes porque as teorias sociais actuais preferem que não existam estados de espírito – coisa que nenhum dos clássicos deixou de reconhecer e destacar, como o espírito do capitalismo, o espírito revolucionário, o espírito de solidariedade – é sintoma da auto-limitação das ciências sociais.

A auto-limitação das ciências sociais, na verdade de toda a ciência, como melhor se verá, não resulta de uma intenção individual ou de uma soma de intenções individuais e, por isso, não pode ser ultrapassada por um acto heróico ou científico. O trabalho de consensualização do uso da análise holista, a única compatível com a utilização vernácula das teorias de Mead, que se basearam em estudos muito aprofundados da física e da biologia, integrados na sociologia que não se distingue da psicologia, exige a existência de outros públicos, outras lógicas de financiamento da ciência, outra orientação das investigações e do ensino.

A cultura de desobediência, que pode ser praticada por quem esteja suficientemente seguro de estar protegido das perversidades praticadas pelos estados, a cultura de resistência, incapaz de sair do paradigma opressor, a cultura estigmatizante, que imagina o observador fora do mundo que está a analisar, a cultura da irresponsabilidade, que se dá ao direito de ignorar a existência de outras pessoas ou de outras teorias só porque se tem poder para tal, a cultura da resignação, que aceita as coisas como estão e se limita a desconstrui-las enquanto as reproduz, como quem desmancha as máquinas para ver como funcionam, a cultura da crítica hiperespecializada, que tornou a teoria dominante um lugar vazio, a que todos se dirigem, como peregrinos com reserva mental, e outras características das actuais vivências nos campos das ciências sociais, não fazem jus à necessidade de enfrentar os problemas práticos, em primeiro lugar as consequências das alterações climáticas.

Precisamos de saber porque é que as gerações mais bem formadas de sempre se deixaram cair na armadilha em que estamos todos metidos. Porque não parecem (ainda?) capazes de gizar uma reacção racional eficaz para lidar com a situação? Se as ciências sociais não deram conta desse recado, precisamos de outras ciências sociais, na verdade precisamos de outras ciências. Pois como podem existir ciências que excluem as ciências sociais?

A apresentação mostra haver relações íntimas entre o império, a violência e o quotidiano dos profissionais que são negadas. É como se existissem duas faces da vida, uma em exposição pública, polida de orgulho, e uma outra vergonhosa, de que não é de bom tom sequer referir a existência. Presumindo que cabe à ciência descobrir aquilo que está encoberto, pergunta-se pelo grau de cumplicidade dos cientistas e das organizações científicas no encobrimento das vergonhas.

A primeira parte abre as comportas que evitam que o trabalho da ciência cumpra as suas finalidades: a violência dos sequestros disciplinares profissionalizantes organizada pelo estado que têm evitado a melhor utilização cognitiva do interaccionismo simbólico, nas ciências sociais.

A segunda parte explora as potencialidades do interaccionismo simbólico na descoberta das fontes de violência opressora da sociedade e da ciência, violência só possível com a colaboração das suas vítimas.

Ao leitor, o livro pede colaboração, atenção e mesmo esforço para resistir aos sentimentos de repugnância ideológica que certamente sentirá ao ler. A esperança nunca está longe da crítica mais incisiva. A transformação do mundo em melhores oportunidades para viver bem passa por cada um ser capaz de compreender a sua cumplicidade pessoal na estupidez geral em que estamos mergulhados e as oportunidades disponíveis para começar a fazer de outro modo. Mas a acção não decorre apenas da compreensão: são precisas novas instituições para sistematizar práticas inteligentes.

Apresentação

Haverá cerca de 10 milhões de pessoas presas, quase todos homens, em todo o mundo. Não há estado que prescinda de manter um sistema penitenciário. Cada pessoa dessas custará vários salários mínimos ao estado, sem qualquer proveito económico imediato, a não ser nos casos de exploração de mão-de-obra escrava. Se se calcular haver 7,5 mil milhões de pessoas, a taxa de encarceramento será 133 presos por cem mil habitantes. O número de presos no mundo corresponde à população portuguesa, um estado de média dimensão, e a taxa de encarceramento não é muito diferente da que existe em Portugal, acima da registada na União Europeia e muito abaixo da registada nos EUA, Rússia, Brasil – 700, 450, 300, respectivamente. A China, com a segunda maior população prisional do mundo, regista uma taxa estável de presos, nas últimas décadas. Os EUA, com um quarto da população penitenciária do mundo, tem-na mantido estável, nos últimos anos. A Rússia tem vindo a decrescer a sua população prisional e o Brasil a aumentar.

No início do século XIX, as penitenciárias norte-americanas eram um exemplo de modernização da violência do estado contra as populações. Alexis Tocqueville foi um alto funcionário enviado pelo estado francês pós-revolucionário para observar in loco essa nova tecnologia de gestão de pessoas, como no final do século XX os administradores de empresas industriais fizeram do Japão lugar de visita de estudo para técnicas de gestão inovadoras. Nesse tempo, na Europa, a pena de referência era o degredo. Segundo o jovem aristocrata francês, a penitenciária era bem mais dura do que a pena de degredo. Tradicionalmente os penados, caso sobrevivessem à viagem, teriam oportunidade de refazer as suas vidas algures, o que não acontecia com as penitenciárias (Tocqueville & Beaumont, 2011). As reformas penitenciárias foram introduzidas como formas de humanizar as leis e regras que impunham isolamento radical e a morte a muitos dos presos. Para os presos com bom comportamento, usa-se explicar hoje em dia, o isolamento em cela individual é menos violento e radical do a vida nas camaratas. Há até a técnica de gestão penitenciária que consiste em imaginar a ressocialização dos presos como um progresso a desenvolver dentro das prisões, entre o isolamento extremo, inicial, e o alívio paulatino desse isolamento, ao longo do cumprimento de pena, até que, finalmente, acaba o seu tempo de cadeia e sai em liberdade. Porém, ainda hoje a taxa de mortalidade nas prisões é maior do que na população em geral e a reincidência, o fenómeno da porta giratória, de que ironicamente falam os especialistas, mostra que a probabilidade de alguém que passou pela prisão voltar à prisão é maior do que para quem nunca esteve preso.

É verdadeiro o argumento que diz que os prisioneiros, comparados com a vida de muitas outras pessoas em liberdade mas em situação precária, estão a viver em hotéis. Se se tiver em atenção a fome no mundo, mais de 100 milhões, segundo os números conservadores da ONU, ter-se-á que reconhecer que ter acesso a alimentos será já uma vantagem. Aliás, é preocupação da gestão das penitenciárias manter níveis de tensão existencial – acesso a alimentos incluído – dentro das prisões, de modo a evitar suscitar nas camadas da população mais pobre a ideia de se deixar condenar para beneficiar de uma vida mais protegida, dentro de muros. É verdade que há presos que, em fim de pena, organizam formas ou/e pedidos para se manterem presos. A vida social fora da prisão, para pessoas na condição social semelhante à da generalidade dos presos, pode ser mais difícil. Sobretudo para aqueles que jamais foram socializados – e são muitos. Aqueles que desde crianças foram abandonados pelos seus cuidadores familiares e institucionais e, quando jovens, sem apoios emocionais, são tratados como pré-delinquentes, delinquentes, criminosos, enfim, prisioneiros para a vida, mesmo em países em que as penas de prisão perpétua são ilegais.

No pós-guerra, no ocidente, vingou a convicção que o progresso, aquilo que foi uma vida de trabalho sempre a melhorar para todos os que chegaram à terra da liberdade, os EUA e à Europa rica, iria acabar com a necessidade de haver prisões. O fim da pobreza, que se pensava ser a causa eficiente para que as pessoas se deixassem envolver nos mundos do crime, determinaria automaticamente a desnecessidade de condenar a prisão seja quem for. As multas seriam castigo suficiente e eficaz, ameaçando reduzir à pobreza – entretanto abolida – quem abusasse de maus comportamentos. Um dos episódios de Guerra Fria, precisamente, opôs o Presidente Jimmy Carter, que deu prioridade ao respeito pelos direitos humanos, e o gulag soviético, denunciado por Soljenitsin (n.d.), o dissidente que registou e publicou todos os casos que pôde recolher das misérias das prisões do seu país. Ironicamente, o fim do seu mandato marca o surgimento do gulag norte-americano (Christie, 2000; Gilmore, 2007), que multiplicou por 13 ou mais o número de prisioneiros nos EUA, arrastando consigo a Europa e o mundo, envolvidos na contraproducente guerra contra as drogas, que se mantem nos dias de hoje.

Ao invés do que se imaginou, no ocidente, no pós-guerra, os totalitarismos nazi e soviético não foram anti-progressivos. O primeiro imaginou tomar o lugar da Inglaterra, como sede do império, pela guerra. Perdeu para os EUA. O outro estava e manteve-se focado no desenvolvimento de forças produtivas, de indústrias estatais capazes de competir com as indústrias privadas ocidentais, por exemplo, no espaço. O sucesso soviético foi também a sua derrota: implodiu em resultado do *stress* competitivo, por dar passos mais compridos do que a perna.

Com a nova situação de fim da competição entre superpotências, a guerra e a competitividade continuaram a ser os motes que conduziram e conduzem o império, nas últimas décadas com sede única: chamou-se globalização. A falência do sistema financeiro global e a desorientação na sede imperial perante os factos, isto é, a dependência da necessidade de parceiros financeiros externos capazes de justificar a circulação de dinheiro de modo a manter a economia do dólar a funcionar (Varoufakis, 2015), nomeadamente a dependência da China, despertou no ocidente (e provavelmente na China) precisamente as mesmas ideologias políticas que inspiraram os totalitarismos: os nacionalismos.

Embrenhadas na vida quotidiana, submergidas por propagandas comerciais, geo-estratégicas, partidárias, nacionalistas mutuamente coordenadas a nível global, empenhadas em cumprir os deveres de cidadania indispensáveis para não cair em graves dificuldades de sobrevivência – como a fome ou a necessidade de recorrer à assistência social ou ser metido numa prisão, as pessoas assistem e fazem filmes sobre o melhor dos mundos possível (Voltaire, 1795). E fazem piadas sobre o seu próprio destino, como quando um programa sobre isolamento social panóptico citou George Orwell (1949) e se tornou um dos entretenimentos mais usados em todo o mundo: o *Big Brother*. Como desabafou Alain Supiot (2008), vivemos hoje com o pior dos dois mundos que se opunham na Guerra Fria. A que hoje devemos acrescentar o espectro neo-nazi. Do ponto de vista civilizacional, parece não se ter avançado muito. Parece estarmos a marcar passo: a reproduzir aquilo que imaginámos ter sido um erro ultrapassado, mas que afinal alimentámos clandestinamente no próprio seio da democracia e do conhecimento.

Continuamos a contar que haja alguém que viva em piores condições que cada um de nós, para nos conformarmos a viver a servir sentidos de vida e de trabalho cujas finalidades, na melhor das hipóteses, são obscuras e, na pior das hipóteses, são perversas, mas não são da nossa responsabilidade pois ainda há os responsáveis acima de cada um. A banalidade do mal (Arendt, 1991) banalizou-se em segredo, depois das guerras mundiais, como se queixou, com especial conhecimento de causa, Primo Levi (2008).

Escândalos fabricados quotidianamente para efeitos de consumo da atenção das pessoas, atraídas pelos media ao serviço da publicidade comercial e da propaganda política, ainda quando tratam de problemas relevantes, como a tortura nas prisões, o abuso sexual de mulheres, crianças e pessoas de orientação sexual não convencional, corrupção, são escândalos provocatórios, efémeros, inconsequentes, desesperantes, cansativos, em vez de esclarecedores e energizadores. São projectos, sem continuidade. Os activistas das causas mais nobres dedicam a maior parte do tempo a angariar fundos para sobreviverem do activismo, à espera de algum escândalo que abra os cordões à bolsa dos poderes públicos ou do público. Tornam-se empreendedores sociais e empregadores de assalariados sem autonomia nem capacidade crítica, reproduzindo a hierarquização social. Hierarquização social que paga aos políticos encartados que, por sua vez, pagam (ou não) aos activistas apartidários, tornando-os mais próximos dos partidos que lhes favoreçam a acção, condicionando a acção independente das ideologias partidárias.

Esta teia de inércias hierarquizadamente organizadas em projectos descontinuados serve para conduzir os esforços sociais efectivos nas direcções desejadas pelas elites e para boicotar todos os outros esforços. Todo o activista sabe, como todos os que se submetem a concursos para realização de projectos, que mais dinheiro por menos trabalho é entregue a quem interpretar melhor os interesses de quem paga e assegurar mais confiança que o vai continuar a fazer ao longo do curto tempo de duração de um projecto. O que é uma pista de parque aquático, para uns, é uma corrida de obstáculos montada numa escadaria que sobe, para outros.

Quando à agitação activista corresponde a impotência social, como no caso das questões ecológicas, há 50 anos impotentes para parar o aquecimento global, cujos resultados foram reduzidos a sugestões qualificadas do que poderiam ser comportamentos individuais benéficos para o ambiente, caso toda a gente os adoptasse livremente, cabe perguntar como será possível devolver às sociedades humanas capacidade de adaptação que as tornaram notáveis entre as espécies animais?

As espécies em risco de extinção, os plásticos que ocupam os oceanos e entraram na cadeia alimentar, a alimentação menos diversificada e aditivada que comemos, as descargas de dejectos ou perdas industriais para os rios e para os mares, as chuvas ácidas, a desprotecção da Terra por parte da camada de ozono na atmosfera, mas sobretudo as alterações climáticas provocadas pela acção humana, nomeadamente a maior intensidade e recorrência de fenómenos climáticos extremos, apoquentam a nova mentalidade global em surgimento, marcada, de forma espectacular, pelo activismo individual de uma jovem sueca de 15 anos, Greta Thunberg, a quem milhões de outros jovens seguiram em manifestações em muitas cidades de todo o mundo.

A globalização do modo de vida norte-americano, ainda que de forma mais energeticamente eficiente ou menos consumista, veio estender pelo mundo pós-moderno, neoliberal, do capitalismo avançado, ou como lhe queiram chamar, veio estender pelo mundo pós anos 80 do século XX crescentes emissões de CO2, com toda a probabilidade irreversíveis na atmosfera (Cienciaeclima, 2019).

Desertificação em torno do Mediterrâneo, degelo na Gronelândia, no Ártico e degelo do permafrost, com a libertação de metano tóxico capaz de alterar as condições de vida na Terra, além de ondas de calor e frio, tornados devastadores onde a memória e os registos afirmam nunca terem passado antes, fogos de dimensões nunca vistas antes na Sibéria e na Austrália, parecem a reedição das sete pragas do Egipto antigo. Com a diferença que os registos fósseis não registam nenhuma época anterior com parâmetros ambientais parecidos: é como entrar na câmara dos horrores. Mas em vez de um jogo de feira, o que se vai encontrar no fim da jornada é que é a maior surpresa.

Não são apenas os presos que perderam a sua liberdade. A espécie humana está irremediavelmente presa a confrontar-se com um meio ambiente cada vez mais hostil, por muitas décadas a chegar. A ciência sabe disso, oficialmente, desde os anos sessenta, antes de o aumento do consumo começar a usar todos anos mais recursos dos que a Terra é capaz de repor. O movimento ecologista entrou nas escolas e formou todas as novas gerações. Mas o negacionismo ecológico na política revelou a tara auto-flageladora de que sofremos. Continuamos a sacrificarmo-nos, pessoalmente e enquanto espécie, para trabalhar, como profissionais, numa direcção evidentemente errada. Competimos internacionalmente para isso. Prendemos em penitenciárias quem não se sacrifica de modo considerado correcto, como exemplo aterrorizador do que pode acontecer a quem não se sacrifica voluntariamente. O que há a fazer?

Introdução

O autor revela a sua descoberta de a paragem que se vive do processo de transformação da filosofia social em ciências da sociedade ter sido organizada pelo império norte-americano, desde que se tornou sede imperial, como estratégia política de valorização da ciência e das ciências sociais. Parte dessa descoberta para sugerir uma reacção: romper com os tabus das ciências sociais, romper com a impossibilidade de fazer estudos holistas, exemplificando com as vantagens de entender a violência, a acção prática, como um objecto fundamental do mundo pacato e erudito do interaccionismo simbólico.

A melhor utilização da teoria do interaccionismo simbólico de George H. Mead, ou de outro autor do mesmo gabarito, não pode ser banalizada. Deve ser respeitada e explorada a sua especificidade. No caso de Mead, o processo de evolução da humanidade a um outro patamar de sociabilidade, a partir do momento em que passou a produzir símbolos em interacção, não pode ser reduzido a uma mera descrição tipológica de interacções, como fazem os movimentos sociais ou culturais, por exemplo.

O mundo da interacção simbólica deve concorrer com os mundos totais da luta de classes e das configurações, e não contrapor-se aos mundos parcelares da violência ou dos movimentos sociais. Ao lado de outras grandes teorias, procura apoios na biologia, na evolução, e no direito, na teologia, nas ciências normativas, para completar a ciência do presente com as ciências do passado e do futuro.

A longa tradição de as ciências sociais reduzirem à insignificância o interaccionismo simbólico deve-se à sua tendência para seguir o pluralismo pragmático. Esse quadro de trabalho científico tem sido favorecido por generosos e discriminatórios financiadores da ciência do pós-guerra. Evita as discussões conceptuais, alegando serem ideológicas e poderem estimular a dissidência de que a ciência se deve precaver. Fá-lo por razões de opções epistemológicas, mas também em defesa institucional das oportunidades de investigação financiadas, em detrimento das outras. Para melhor cumprir este pré-requisito das mais modernas instituições científicas, as ciências sociais declaram-se estatutariamente não ideológicas e, para o realizar, para realizar o impossível, fecham-se em si mesmas. Dividem-se de forma estanque em disciplinas e escolas (académicas, críticas, pós-modernas), incomunicantes e preconceituosas entre si. Está, assim, inibida a continuação do trabalho de transformação da filosofia social em ciências da sociedade humana.

As ciências estão sequestradas dentro das suas próprias instituições. Sem liberdade, reagem como muitos sequestrados: aderindo em massa aos valores dos sequestradores. Têm-se revelado incapazes de combater as campanhas obscurantistas, sobretudo em questões de ambiente e de política. Ao invés, tacitamente, não só por omissão, as instituições científicas têm apoiado o *status quo*, experimentado e aclamado a indiferença perante a realidade e declinado produzir sinais de alarme para a sociedade. A divisão de trabalho científica tem impedido a possibilidade de ser completada por uma abordagem holista dos problemas e das soluções.

A teoria de Mead, ao contrário das que analisam apenas as sociedades modernas, não depende do *status quo*, das instituições, do capitalismo ou da modernização. Ela pode e deve ser aplicada mais fundo, por debaixo, para compreender os alicerces das instituições, do capitalismo e da modernidade. Para compreender qualquer sociedade humana, mesmo as comunidades que continuam a ser conhecidas como primitivas e que vivem apenas no quotidiano. A teoria de Mead pode servir para compreender a relação entre a espécie humana e a natureza, por um lado, e as dependências da acção colectiva dos modos de organização institucionalmente impostos, por outro lado.

O estudo da violência, natural e especificamente humana, tradicional e moderna, é um dos muitos tabus das ciências sociais, a par dos estudos das faces, das emoções, da corporalidade das pessoas, por exemplo. A carga emocional negativa associada à palavra violência reserva-a para ser usada como arma simbólica, de condenação prévia, contra os inimigos das elites locais e contra tudo que se possa interpor no caminho de exploração e desgaste ambiental e humano, que caracteriza a modernização. O que nos poderá dizer o trabalho de Mead a esse respeito, é o teste que aqui propomos exercitar, com o leitor.

## A violência escamoteada do império

## Como conquistar o respeito político para a ciência?

## Quem faz o trabalho sujo?

# I PARTE

Da síndrome de Escolmo, do poder das relações de horizontalidade e da esperança de continuar o caminho das ciências sociais em direcção às ciências falam os próximos três capítulos.

Nos dois capítulos seguintes tomar-se-á o caso dos estudos da violência para ilustrar as limitações conceptualmente induzidas pela organização da ciência e da sociedade, sequestradas ao serviço dos poderes estabelecidos, isto é, das elites. Segue-se um capítulo que procura saídas conceptuais para a situação, inspiradas em Mead. Isto é, entendendo a teoria de Mead não como mais uma teoria do cardápio pluralista das ciências sociais, mas valorizando, em vez de esquecer, o estudo da natureza humana que o autor desenvolveu na base das teorias sociais.

Na segunda parte discutir-se-á como o conceito de objecto de estudo centrípeto nos leva a imaginar a sociedade centrípeta e qual o papel da chantagem emocional, produzida pelo sequestro, na reprodução dos limites cognitivos e práticos em que estamos mergulhados. Para compreender o que se passa, pode-se seguir Mead e desenvolvê-lo para os nossos fins: de que modo as linguagens se atêm às interacções e vice versa? A partir dessa articulação entre interacções e símbolos herdados e usados para orientar novas acções, é possível arquitetar níveis de realidade artificiais, verticalizados, protectores de elites e sacrificadores de populações inteiras, como sendo naturais, automáticos. Trata-se de uma cultura holisticamente articulada com a natureza humana, alimentada pelo espírito imperial, entretanto dissimulada por ciências sociais ciosas da sua subordinação aos poderes, aos estados e às economias, ao capitalismo.

# Capítulo 1. Sintomas da síndrome de Estocolmo

Resumo: A violência dos estados, das autoridades, dos impérios, é evidente. Porém, os estudos sociais sobre a violência simplesmente preferem omitir a existência dessa violência estruturada e estrutural, como pré-requisito de funcionamento e continuidade do estudo e do estatuto dos investigadores ou profissionais, todos investidos pelos poderes de cuja violência se alheiam.

# Capítulo 2. Fazer pontes entre as ciências sociais e a ciência

Resumo: A mudança de sede do império para os EUA coincide com o financiamento jamais visto das ciências sociais e da sua desistência de vir, um dia, a ser ciência como as ciências naturais. Hoje, não é mais possível imaginar uma humanidade urbanizada a viver numa bolha fora do meio ambiente. Ao invés, esse erro de apreciação, para o qual as ciências sociais contribuíram, é o primeiro problema da humanidade.

# Capítulo 3. Novos caminhos para as ciências sociais

Resumo: A separação entre a natureza e a humanidade/sociedade é ideológica, falsa. As ciências sociais baseadas em ideologias fundadas neste princípio falso não podem aspirar à verdade, que é a finalidade das ciências. A compreensão da fragilidade científica das ciências sociais pode ser melhor compreendida pela análise histórica das condições do seu surgimento e institucionalização, sob o império capitalista norte-americano. São chave nesta compreensão a escolarização, a profissionalização e a organização por projecto, processos intensificados no pós-guerra e, outra vez, durante a globalização neoliberal. O trabalho de George H. Mead pode servir para romper com as limitações cognitivas das ciências sociais escolarizadas, profissionalizadas e sequestradas pelo sistema de financiamento de projectos. Às ciências sociais cartesianamente centrípetas, hiperespecializadas e estanques entre si, podemos opor o estudo de conceitos como o *self*, centrífugo sem ser essencialista, aberto e necessitado de contribuições extra sociológicas, biológicas e normativas, entre outras, para descobrir a verdade sobre as liberdades e limitações da espécie humana na Terra.

# Capítulo 4. O sequestro das teorias sociais

Resumo: O facto do direito centrado na protecção da pessoa (na verdade, protecção do proprietário) exigir a conceptualização da diferença irredutível entre os indivíduos e a sociedade não deve ser entendido, pela ciência, como uma verdade. Mesmo para os que entendem que o direito e a propriedade são avanços civilizacionais a defender, a verdade deve ser procurada de tal modo que seja potencialmente sempre verdade, independentemente do regime legal em vigor no tempo histórico em análise. Embora o direito liberal se refira, valorize e induza certas características particulares das relações entre as pessoas, as sociedades e as naturezas, há que ter em atenção de que as ciências, mesmo as que surgiram com a modernidade, devem aspirar a compreender e explicar as sociedades humanas e não apenas um ou poucos casos particulares de sociedades humanas. O conceito de *self*, ao mesmo tempo pessoal e social, biológico e normativo, permite compreender e desconstruir as ideologias conjunturais de que estamos dependentes e, portanto, aproximar-nos de conceitos adaptáveis também a sociedades não regidas ou pouco influenciadas pelo direito moderno.

# Capítulo 5. A violência do poder

Resumo: Afirmar que o poder moderno é violento é expressar uma evidência. Insistir e persistir em negar que a violência é sobretudo socialmente organizada, de cima para baixo, em vez de espontânea, natural e debaixo para cima, revela um desejo ideológico de representar o estado como instituição abolicionista, em vez de tendencialmente monopolista, da violência.

Estudar a violência por partes, de baixo para cima, tem sido possível. Estudar a violência como um todo, incluindo todas as formas de violência numa mesma pesquisa, procurar a verdade sobre o que é a violência, não tem sido possível. Essa é uma das consequências do sequestro das teorias sociais pelos estados. A prioridade do estudo das relações de poder tem excluído, paradoxalmente, a devida atenção à violência. Assim como tem excluído o estudo da importância das relações de cuidados mútuos e dos trabalhos de construção de identidades intimamente produzidos nessas relações, considerados abaixo da importância e eficiência das relações de poder.

Mead, quando concebe selves ao mesmo tempo individuais e sociais, abre uma porta na direcção certa para valorizar aquilo que as ciências sociais desvalorizam. Os selves e os respectivos outros generalizados são resultados naturais da própria existência de humanos e da necessidade dos cuidados e atenção aos outros para auto-identificação como parte da sociedade, antes de serem instrumentos de poder.

A violência contestatária do poder é, em si, uma necessidade existencial decorrente das relações de cuidado e identitárias. É uma reacção espontânea à presença da vida nos corpos e aos constrangimentos impostos pelos poderes vigentes.

# Capítulo 6. Retomar o caminho científico de Mead

Resumo: As estruturas sociais são, ao mesmo tempo, orgânicas e normativas, genéticas e históricas, resultado da reprodução bio-social de seres humanos e do meio ambiente, incorporadas e expressas pelas pessoas, alvos de trabalhos permanentes de construção e contestação, protecção e destruição. A existência de poderes de influência reais, de cima para baixo, escamoteiam as redes de trabalho sequestrado que os fabricam constantemente a partir das redes de cuidado e de produção de identidades dependentes, de baixo para cima. A produção dessas influências práticas, de baixo para cima, exige intervenções constantes, de cima para baixo, para orientar as acções sociais reprodutoras dos poderes estabelecidos. Permanentemente as pessoas agem para isolar e/ou integrar, com sucesso ou com efeitos perversos, os processos de libertação e contestação, espontâneos e organizados, que circulam pela vida social.

A renovação das ciências sociais, com vista a seguir um caminho científico, beneficiará da capacidade de compreensão do contexto histórico que tem, por um lado, projectado as ciências (naturais e sociais) para mais gente e mais poder, e, por outro lado, tem sequestrado o bom senso da gente implicada, em termos profissionais, corporativos e de subordinação ideológica aos financiadores, em particular aos estados. Intervir nas dinâmicas reprodutoras é um trabalho que exige preparação filosófica para actuar com grande profundidade conceptual, nomeadamente para ser capaz de escapar ao paradigma cartesiano que fundou a ciência moderna, que a separa em partes, que separa a realidade em partes, e divide o mundo em ideias e matérias mutuamente excluídas umas das outras.

# II PARTE

Na segunda parte discutir-se-á como o conceito de objecto de estudo centrípeto nos leva a imaginar a sociedade centrípeta e qual o papel da chantagem emocional, produzida pelo sequestro, na reprodução dos limites cognitivos e práticos em que estamos mergulhados. Para compreender o que se passa, pode-se seguir Mead e desenvolvê-lo para os nossos fins: de que modo as linguagens se atêm às interacções e vice versa? A partir dessa articulação entre interacções e símbolos herdados e usados para orientar novas acções, é possível arquitetar níveis de realidade artificiais, verticalizados, protectores de elites e sacrificadores de populações inteiras, como sendo naturais, automáticos. Trata-se de uma cultura holisticamente articulada com a natureza humana, alimentada pelo espírito imperial, entretanto dissimulada por ciências sociais ciosas da sua subordinação aos poderes, aos estados e às economias, ao capitalismo.

# Capítulo 7. Dos limites dos objectos de estudo

Resumo: a mobilização moderna da ciência, sob o autoritarismo próprio do estado, coartou a sua capacidade cognitiva potencial. Um exemplo disso é o escamoteamento sistemático da existência de panos de fundo, substractos universais, de que as sociedades, a pobreza, a violência, são exemplos. Foi o recortar cartesiano da realidade em partes e a manutenção institucional dessas partes, como se fossem autónomas entre si, que têm permitido separar os avanços da ciência, que sempre se conseguem fazer, mesmo em ambiente hostil, do seu usufruto desses conhecimentos pela sociedade. Quando nos recordamos do pré-anúncio da crise ambiental pela ciência e da falta de consequências preventivas desse anúncio, percebemos que é possível que as pessoas se entendam alheias à sociedade em que vivem e imaginem a humanidade alheia ao meio ambiente. A ciência informou sobre os riscos climáticos, mas a sociedade foi desinformada e neutralizada, incluindo com a cumplicidade das instituições científicas, mais preocupadas em angariar fundos e satisfazer os desejos dos estados que as financiaram do que em servir a humanidade. As ciências sociais cumprem um papel particular de sujeição das pessoas às elites, representando as sociedades como conjuntos de indivíduos tratados como recursos humanos.

# Capítulo 8. Sociedades centrífugas e centrípetas - vislumbres

Resumo: a sociedade é um objecto de estudo esquartejado pela estratégia política-científica do pluralismo pragmático, de base cartesiana. Ao conceber assim a sociedade, a própria sociedade que assim se auto-concebe, adapta-se a tais concepções, submetendo-se a elas e, com maior ou menor consciência disso, subordinando-se a políticas que são alheias aos interesses da própria adaptação da humanidade ao meio ambiente. O instinto de sobrevivência, a homeostasia, reduzido pela redução da ciência e do poder à consideração da humanidade como externa à natureza, primeiro passo de uma ciência e sociedade centrípetas, sem energia imaginativa e, portanto, prescindindo de parte da sua capacidade de adaptação potencial, revela-se suicidária. A concentração de poder implica um alheamento generalizado do mesmo pela esmagadora maioria, mais ocupada em manter as suas próprias energias isoladas do que em estimular as imensas energias sociais que uma ciência e sociedade centrífugas certamente desenvolveriam. Pode dizer-se que as sociedades modernas enfrentam um problema de eficiência e eficácia energética no campo da utilização das fontes fósseis de energia e, também, no da utilização das fontes sociais e cognitivas de energia.

# Capítulo 9. A chantagem emocional nacionalista

Resumo: o facto de representantes de minorias reclamarem, usando as teorias sociais dominantes, académicas ou críticas, o direito dos seus representados à integração social mostra a eficácia da estratégia de dominação imperial, servida pelo pluralismo pragmático, pela ciência centrípeta. A violação dos limites da plasticidade identitária de muitas pessoas pelas sociedades modernas é apresentada como uma disfunção a corrigir, através da qual as próprias vítimas são chamadas a participar na estratégia dominante (discriminatória, elitista e dissimulada), sob a chantagem emocional de, se se recusarem a alinhar, serem elas próprias a causa da sua humilhação.

O projecto político de oferecer remendar as discriminações sociais industrialmente produzidas, como o polícia bom e o polícia mau, serve para recuperar as emergências de espírito revolucionário para o serviço do império. A ciência social centrípeta atribui espaços sub-disciplinares próprios, protegidos e isolados, para os activistas e investigadores treinados na híper-especialização. A própria ciência credibiliza e naturaliza as discriminações, como se fossem de origem espontânea. Suscita a concorrência de umas com as outras pela atenção das elites e de fundos dos estados. A visibilidade das vítimas requer que elas passem a orgulhar-se de o ser, atrás dos seus representantes, identificando-se assim com as identidades sacrificiais inventadas socialmente com a cumplicidade de todos.

George H. Mead não deve ser confundido com um cientista social actual, centrípeto, hiperespecializado. Ele é um autor das primeiras gerações de sociólogos, livre dos constrangimentos que se foram reforçando desde entre guerras até hoje. As suas teorias podem e devem ser tratadas como grandes teorias, como estudos conceptuais sobre o que é a sociedade humana, no quadro da evolução da espécie humana e em função das produções normativas que caracterizam o nosso pensamento e instituições. Base para a adopção de estratégias centrífugas na ciência.

# Capítulo 10. Linguagens, discriminações e esperanças

Resumo: As linguagens distinguem a espécie humana de si mesma, servindo para produzir e reproduzir inteligências limitadas por discriminações. As lutas sociais contra as discriminações não têm sido eficazes para as abolir. As tecnologias servem como reforço das discriminações. A esperança do progresso desvaneceu-se na desesperança que se vive. A criação de uma língua franca, social e intelectual, propicia a favorecer a diversidade de identidades sociais, a língua gestual, será um programa de esperança a desenvolver.

# Capítulo 11. Difusão multinível do espírito imperial

Resumo: O império resulta dos trabalhos de incorporação e estabilização do espírito imperial, de que o espírito do capitalismo, a solidariedade nacional, o espírito revolucionário, citados pelos clássicos da sociologia, são corolários. O orgulho dos trabalhadores libertos da escravatura, imitado por todos os orgulhos que procuram construir identidades contra estigmatizantes de vítimas da modernidade, como as mulheres, os grupos étnicos, os LGBTI, o orgulho nacional dos empresários, dos políticos ou dos funcionários, são composições do espírito imperial, desdobramentos, especializações historicamente desenvolvidas nas últimas duas dúzias de décadas. O espírito imperial constrói-se de efeitos de linguagem, de privilégios de linguagem, em particular utilizando as suas capacidades de moldar a imaginação humana sobre como é a realidade de modo a condicionar a acção social.

# Capítulo 12. Mead centrípeto e Mead centrífugo

Resumo: a (não) incompatibilidade entre a sociedade e a natureza, entre os estudos da sociedade e os estudos da natureza, é a pedra de toque para distinguir o espírito da ciência centrípeta do da ciência centrífuga. A sociedade descrita por Mead não está isolada do mundo físico nem do mundo biológico. Interpretá-lo de modo centrípeto é apenas mais uma demonstração das práticas censórias e auto-limitativas que caracterizam as ciências actuais.

# Capítulo 13. Violência

Resumo: o conhecimento é um jogo interpretativo entre o conjunto dos autores, o conjunto dos leitores e entre estes dois conjuntos, realizado em muitos níveis ao mesmo tempo, individual, institucional, organizacional, nacional, global. Os maus usos do conhecimento, como a desconsideração do conhecimento sobre o aquecimento global, a estupidez global, não podem ser encontrados na cabeça de nenhum bode expiatório, seja presidente dos EUA ou outra pessoa qualquer. São as próprias ciências, ao omitirem sistematicamente a existência de panos de fundo, nomeadamente de estados de espírito e de violência, que condicionam de forma interesseira e subserviente as interpretações do conhecimento, em favor da manutenção e crescimento da influência, da incorporação, do império, incluindo nos corpos e mentes das suas vítimas – cada vez mais, toda a humanidade.

Conclusão – aliança sacrificial da sociedade com o estado imperial

“Ame o próximo como a si mesmo.”

Mateus 22: 39

“[A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores.](https://kdfrases.com/frase/105395)”

[Karl Marx](https://kdfrases.com/autor/karl-marx)

Cada especialidade, corporativamente e/ou profissionalmente, tende a notar como a generalidade do público e, sobretudo, os seus superiores, administradores, clientes, desvalorizam a sua especialidade. Tal efeito é real – os contratantes de trabalho têm interesse em desvalorizá-lo, com excepção dos seus servidores mais directos – e é epistémico, isto é, herdado e incorporado, mentalmente também, pela experiência das diferentes gerações ao viverem do modo como vivem, ao incorporarem o espírito imperial.

Não é surpresa que o império, um dos aspectos mais evidentes do modo de organização social actual e antigo, tenha efeitos de incorporação nas pessoas que vivem dessa maneira. O que é estranho é as ciências sociais, ciosas de afirmarem a sua reflexividade especial, especializada, não tratem da influência dessa condição nos modos de pensar dos seus profissionais e, também, das pessoas em geral.

O assunto não passou desapercebido. Ao invés, é tratado de forma dissimulada pela divisão de fundo entre as ciências sociais académicas e as ciências sociais críticas. A centralidade do regime imperial, do modo como a humanidade tem desenvolvido a sua conquista de uma natureza imaginada como hostil, é substituída pela rivalidade entre as teorias que fazem a apologia da sociedade actual e as teorias que reconhecem o capitalismo como um problema e uma dificuldade para a boa vida e para a própria teoria social. Em vez de organizar uma discussão científica sobre o que seja mais profundamente incorporado nas pessoas, o espírito imperial ou o espírito do capitalismo, as ciências sociais concordam em dividir-se em campos ideológicos autónomos (replicando a aliança entre as ideologias liberais e comunistas que derrotou os nazis e profissionalizou os trabalhadores sociais), tornadas bastante estanques entre si através de escolas ideologicamente formatadas.

O regime científico imperial tem sido induzido por uma política centrípeta imperial, descrita por Jim Schofield, na física, como pluralista pragmática, por Michael Kuhn, nas ciências sociais, como nacionalista, por Mouzelis, na teoria social, como reducionista e reificadora, por Prigogine, na química, como um imaginário de uma natureza reversível. Tal política foi delineada nos EUA, entre guerras, com o objectivo de explorar militar e economicamente o conhecimento, caracterizado pela valorização da hiperespecialização e pela censura dos estudos dos substractos universais, dos panos de fundo.

A divisão ideológica polarizada das teorias sociais reproduz a ideologia ocidental dominante vitoriosa da II Grande Guerra, que demonstrou funcionalidade prática de integração da oposição trabalhista no regime capitalista, como partes mutuamente reconhecidas na concertação social. Isso permite representar um regime de sequestro, nacional, corporativo, profissional, familiar, individualista, como se fosse um regime de liberdades e de igualdade de oportunidades: uns têm a liberdade de mobilizar o capital, isto é, a Terra e os seus recursos humanos, incluindo os bens e as tecnologias acumuladas. Os outros têm a liberdade de procurar trabalho assalariado submetendo-se às decisões dos primeiros. Quem não pode ou não quer participar nesta divisão de trabalho deve ser reintegrado, convencido de não haver nem melhor nem outra forma de viver. Portanto, a maior parte da vida, a parte de descansar e tomar cuidados com os outros, é desqualificada do significado que tem para todos e cada um.

A desqualificação da Terra, como entidade viva ou, pelo menos, portadora de vida, bem como das funções reprodutoras das mulheres e de manutenção da vida a que elas se dedicam mais do que os homens, por determinação imperial, sobrevaloriza as lutas pelo poder, autorizando a violência bélica de outro modo irracional, incompreensível e inaceitável. Violência replicada nas fábricas e nas empresas, militarmente organizadas em divisões de trabalho, orgulho corporativo dos seus trabalhadores, ao serviço dos quais estão os cuidadores. Cuidadores, embora desqualificados, como alguém sob a síndroma de Estocolmo, ajudam a incorporar nas crianças e jovens, bem como nos adultos e trabalhadores, o espírito imperial e o orgulho corporativo de pertença a um exército conquistador, cada um mais ou menos empenhado em retirar daí um quinhão mais ou menos valoroso do saque.

A sociedade da informação e do conhecimento não é uma evolução natural nem da sociedade nem do capitalismo: é a concretização de uma estratégia imperial de manipulação dos símbolos como forma de condicionar as interacções, uma ideia essencial cuja última encarnação revolucionou os EUA e o mundo a partir da adopção do *New Deal*.

Esta não é uma teoria conspirativa: é a constatação do sucesso de uma política de ultrapassar selectivamente as fronteiras sociais de um modo imperial que não foi inventado nem pelos EUA, nem pelo capitalismo. Foi inventado pelo império, pelo espírito imperial que se foi consolidando milenarmente, expandindo, clarificando, afirmando, resistindo, manipulando, a favor de elites que viveram os seus privilégios à sua sombra, para o que tiveram de humilhar sacrificialmente. O sacrifício próprio e alheio é o modo antropológico de manifestar a todos, a começar por si mesmo, o carácter divinal das elites imperiais. As lutas pela liberdade e pela igualdade, que são as principais motivações e reivindicações de todos os movimentos de contestação da situação, são também objectivos propagados pelo império. É uma forma de apresentar e dissimular as intenções e finalidades imperiais, em tempo de normalidade, quando as populações não vivem fluxos de energia contestatária. É um sinal de que o espírito imperial sempre se confrontou com as suas próprias limitações, os protestos populares. As ideias de que a industrialização acabaria com os modos religiosos de reclamar contra o império ou que a globalização significaria o fim da luta de classes, representam uma esperança exagerada de perfeição do modo actual de concretizar espírito imperial. É uma estratégia de dissimulação da religião capitalista, representando-a como o verdadeiro espírito ecuménico que as religiões imperiais falharam. Na verdade, o espírito do capitalismo representa mais uma tentativa de hegemonizar a espiritualidade humana, ensaiada em múltiplas guerras genocidas, pelo menos desde que há religiões monoteístas, para continuar a apoiar e divulgar o espírito imperial. O espírito imperial, por muito bem sucedido que seja, como o é, exige permanentemente a manutenção dos arranjos sociais que impõe, pois não é natural nem inteligente o alheamento da Terra e das pessoas sacrificadas, sob a forma de recursos humanos.

Foi Karl Marx quem escreveu que o capitalismo seria a última etapa histórica da luta de classes, precisamente porque o proletariado seria a única força social de oposição restante, entre as muitas que foram derrotadas pelo caminho do império antes de este aprender a tirar proveito do capitalismo. O que quer dizer que o capital é apenas a forma mais industrializada das elites imperiais acumularem riqueza e, também, recursos humanos; recursos humanos objectos sacrificiais divididos, ainda segundo Marx, entre o lúmpen, que forma o exército de trabalhadores de reserva, e o proletariado disciplinado e activo.

A divisão social moderna vai muito fundo e é geralmente conhecida como individualismo. É um estado de espírito milenarmente incorporado paulatina mas seguramente por cada vez mais gente que sobrevaloriza as questões do poder relativamente aos cuidados e à produção de identidades. Actualmente, a hiperespecialização está, de facto, reduzida a uma expressão bipolar relativamente simples: atrás de cada um dos dois principais exércitos em presença há divisões de trabalho concorrentes entre si para servir melhor a guerra, de que a Guerra Fria é um paradigma, reproduzindo vinte anos depois da queda do muro de Berlim a mesma divisão entre teorias sociais académicas e críticas. Fora dessa guerra, como os antigos Terceiro Mundo e Não Alinhados, tudo quanto não participe numa estrutura de poder imperial, é reduzido a coisa inanimada, como a Terra e os recursos humanos. Um dia hão-de ceder e fazer a sua opção pelo amigo principal contra o inimigo principal. A globalização não mudou esse paradigma. Ao invés, com a guerra das civilizações, reinventou e reproduziu a necessidade imperial de alimentar um alter ego, no caso o terrorismo islâmico, de onde possa tirar a tensão necessária à manutenção de um espírito imperial socialmente activo, de que o espírito nacionalista é um dos mais fortes contribuintes.

O espírito nacionalista, como se tem assistido nos últimos anos, serve para organizar o esquema de chantagem emocional próprio da síndrome de Estocolmo, que obriga a dar toda a importância ao poder. Demasiado confusa e impedida de participar nas tomadas de decisão, a maioria da população reage favorecendo a agressividade, com medo. Como acontece com as vigarices, por temer tornar-se mais cúmplice do que já é dos seus próprios carcereiros, a população entrega-se aos mais agressivos, os mais sinceros, entre eles.

No final do século XIX e na primeira metade do século XX, a Europa viveu um período histórico frequentemente referido como semelhante àquele que hoje se vive. Perante a violência quotidiana das vidas sacrificadas ao trabalho, em contraste com a euforia da acumulação da riqueza, a esperança de unidade foi discutida entre as propostas de unidade proletária internacionalista e de unidade nacional corporativa. No fim das duas guerras, o resultado foi a divisão nacional em torno de dois impérios, o capitalista e o proletário. A centralidade do poder imperial sobreviveu contra a esperança de unidade, ou melhor, usando a esperança de unidade para manter a hegemonia do espírito imperial. EUA e União Soviética dividiram a Europa e o mundo entre si, informando o mundo que iriam tomar conta do mundo logo que possível. Esta tensão, vivida internamente como chantagem emocional profundamente elaborada pelos estados, pela comunicação social e pelo entretenimento, impôs aos sacrificados, trabalhadores e lúmpen, identidades deterioradas; isto é, identidades sem capacidade para afirmarem os seus próprios interesses, mesmo os interesses políticos e económicos, quanto mais os interesses emocionais e de cuidados (bem-estar).

Cem anos depois, a história da sequência dos mesmos estados de espírito políticos parece estar a repetir-se: o neoliberalismo nacionalista, substituindo aquilo que acabou no nazismo de então, pretende ser o discurso único do império, na era da globalização, sem reconhecer direitos às oposições, nem liberal nem comunista, nem feminista nem ecologista, sobretudo sem reconhecer direitos democracia directa ou inorgânica como lhe chamam os seus adersários. Embora de forma diferente através da qual a unidade das pessoas é, ao mesmo tempo, mostrada e negada, oligarquicamente, demagogicamente, a euforia capitalista do século XIX e princípio do século XX corresponde à euforia da globalização, cem anos depois. A crise financeira geral – a de 1929 e a de 2008 – puseram lhe fim. Fim à crença na legitimidade da demagogia dos representantes das elites. As guerras imperiais continuam a ser instrumentos de unificação das elites com os povos por elas criados, discriminatoriamente. Há cem anos havia a esperança de o regime soviético poder ser uma verdadeira tentativa de unidade, a democracia popular, capaz de desqualificar o poder e dar mais atenção aos cuidados (bem-estar). Hoje em dia, essa esperança não existe. O que existe é a evidência dos resultados práticos da insistência e prevalência da hegemonia do regime imperial na exploração da Terra e dos seus recursos humanos: os ecocídios, as mudanças climáticas e as suas consequências potencialmente desastrosas.

Cada cultura produz a sua própria versão de neoliberalismo, a sua própria versão de unidade e bem-estar (também dito, por vezes, o nosso modo de vida, representado pela capacidade de consumo de largos milhões de pessoas, teórica e falsamente todas as pessoas). A economia e o PIB crescentes são as medidas políticas partilhadas por todas as elites sobre a riqueza sacada da exploração da Terra, representando falsas unidades nacionais, sobreviventes em competição. Os EUA e seus aliados encaram temerosamente a Rússia e a China, o Irão e a Arábia Saudita, novos aspirantes a mais poder imperial. Organizaram entre si uma grande disputa global neoliberal para recolher e recuperar os destroços do império disfuncional, com sede nos EUA esgotados, embora fortemente armados.

O neonazismo representa o espírito revivalista dos povos ocidentais, tomando por verdadeiros os mitos nacionalistas – de países criados na unidade dos seus nacionais. A esquerda, desacreditada, acena com o mito dos estados sociais – estados cuidadores que jamais existiram ou existirão. Os movimentos sociais reclamam a si mesmos não aceitar lideranças nem chefias, mesmo à custa de sua menor operacionalidade: querem assegurar a unidade a respeito da perfídia dos poderosos. Mas não identificam o maior dos problemas: a contaminação do espírito imperial que intoxica profissional e civicamente, através das identidades individuais, todos e cada um. O império não é o imperador e o seu séquito: é o respeito que conseguiram granjear dos sacrificados, convencidos que vivem no melhor dos mundos possível. Vítimas da síndrome de Estocolmo e criados na chantagem emocional nacionalista e civilizacional, em larga medida criada e divulgada pelas ciências sociais acolhidas no seio íntimo das famílias.

O que há a fazer, em função da análise aqui feita, é completar as lutas de classes nacionalizadas com tomadas de consciência individuais para resgatar as pessoas sequestradas dentro de cada indivíduo. Isso significa um trabalho íntimo para dar voz às partes oprimidas de nós mesmos em nós próprios, nomeadamente para valorização o aspecto social dos cuidados que temos necessariamente uns com os outros. Por aspecto social dos cuidados entenda-se não apenas oferecer novo prestígio a tais aspectos, como tem vindo a acontecer desde os anos 80 do século XX, de um modo compatível com o neoliberalismo, mas também garantir direitos económicos, políticos e culturais prioritários ao bem-estar.

Nas lutas de classe mais disruptivas, como a dos estivadores ou dos camionistas de matérias perigosas, as queixas da dureza e dos riscos do trabalho foram usadas no sentido de valorização do trabalho e não da denúncia das limitações da vida familiar e dos cuidados com os filhos. No caso dos estivadores, as suas mulheres vieram à praça pública apoiá-los. Queixaram-se da ausência dos seus maridos, mas para valorizar o trabalho, o valor do trabalho para construir o modo imperial de viver que os torna indivíduos ao serviço do império; que nos torna indivíduos em vez de pessoas.

O modo imperial de viver é um todo que envolve toda a gente, incluindo o proletariado e o lúmpen. Ele sobrevive na moderna promessa, jamais cumprida, que não pode ser cumprida, de estar a criar as condições para, no futuro, estarmos mais próximos de viver uma vida boa, sem termos de trabalhar, sem termos de nos sacrificar. Entretanto, para que esse paraíso um dia possa ser realidade, todos e cada um devemos cumprir o nosso dever para com o império, em vez dos nossos deveres para com os cuidados, coisas desqualificadas como emocionais, frívolas, distractivas, instintivas, sexuais no sentido do consentimento, por oposição a sexuais como exercício de poder, bem conhecido dos meios carcerários e laborais.

A notícia de as crianças e suas mães solteiras serem um parte importante da pobreza, a par dos idosos, não levanta a suspeita de estarmos a viver uma sociedade pervertida. A notícia de haver 1/3 de crianças que só comem uma refeição quente na escola pública, levando cantinas das escolas a estarem abertas mesmo no tempo de férias, não se traduz nem em reivindicações políticas nem em sobressalto cívico. A convicção de o pior destino possível para uma criança ou jovem em risco é ser entregue a instituições de acolhimento, não levanta a questão de saber porque é que os protectores, voluntários ou profissionais, mais parecem abusadores. O facto de uma parte importante das crianças, institucionalizadas e não institucionalizadas, ter vidas que as condenam a serem seres sequestrados toda a vida, temerosas de abandonarem os seus sequestradores que, ao mesmo tempo, odeiam e de quem tiram os padrões morais (embora frequentemente pela negativa), não faz parte de nenhum estudo suficientemente alicerçado.

Comportamo-nos como sequestrados; competimos como sequestrados, uns contra os outros em luta pela sobrevivência e pela aprovação do império; conversamos como sequestrados, usando uma moral duvidosa e incoerente, dividida entre nós e os outros, nacionais, profissionais, familiares, e os outros: provavelmente estamos sequestrados. Indivíduos sequestrados dentro de pessoas. Indivíduos educados a respeitar os sequestradores que há em nós. Indivíduos alegadamente mais racionais que as pessoas. Indivíduos naturalizados pelas ciências sociais que, ao tomarem para si o empenho imperial de reforçar aquilo que se sabe não ser correcto (o que é natural e inteligente não são os indivíduos: são as pessoas), recusam assumir a missão dos clássicos das ciências sociais que era tornarem a filosofia social em ciência.

A ciência sabe que não há racionalidade que não seja fundada em emoções. Os trabalhadores sociais no terreno sabem reconhecer crianças e jovens pré-delinquentes, quem irá previsivelmente delinquir e tornar-se prisioneiro em adulto, ainda que não tenha delinquido no momento do prognóstico. Esta expressão fala da impotência e incapacidade dos serviços sociais resgatarem as crianças e jovens em risco: o que fazem, em vez disso, é traçar um perfil e sinalizar essas pessoas às polícias.

Que emoções fundam a sociedade orientada pelo espírito imperial que sacrifica grande parte das suas crianças, sabendo que isso implica a sua destruição, como pessoas? Que sociedades usam parte das crianças para os mais diversos fins, um deles servirem de exemplo negativo, inspirador de terror, ao resto da sociedade, em particular aos trabalhadores? Marcados pelas respectivas infâncias, apesar de a sua dedicação ao trabalho os impedir de prestar os cuidados indispensáveis aos seus próprios filhos, são apoiados pelas respectivas famílias para que possam ganhar o pão de cada dia, sem esperança de poderem, ao menos na sua geração, ser outra coisa que não indivíduos a explorar a natureza ao serviço do império que os explora. A opressão das pessoas que constituem estas famílias é o único horizonte de que querem escapar, oferecendo-se ao serviço do império, reproduzindo as condições da sua prevalência.

O que fazer?

Compreender, discutindo colaborativamente, a natureza da sociedade humana e como foi possível subverte-la a ponto de esta se virar contra a sua própria natureza, a Terra e as pessoas. Uma resposta possível é o império, de que o capitalismo é um instrumento tão poderoso que acabou por exagerar, digamos assim: revelou, na prática, aquilo que foi impensável por milénios: que a humanidade seria mais poderosa do que as forças que criaram as condições de existência da espécie humana na Terra.

O capitalismo, aquilo que fazem patrões e trabalhadores em colaboração, não é suficiente para explicar o apoio social generalizado àquilo que fazem, incluindo a destruição do meio ambiente favorável à existência da espécie humana. A generalização do império, das políticas de sequestro individual, familiar, escolar, profissional, nacional, produtoras de narcisismo e subordinantes dos cuidados às lutas pelo poder, reduzem o pensamento humano à necessidade de libertação. O desejo de libertação, mostram-nos as reacções conhecidas dos seres humanos encarcerados, produz, em geral, uma reacção de subordinação – é essa a funcionalidade social das prisões. Excepcionalmente, o mesmo desejo é traduzido em contestação, reclamação de liberdade e igualdade, condenadas à frustração de que a maioria foge, subordinando-se às condições de sequestro. Como mostra a síndrome de Estocolmo, a chantagem emocional imposta pelos sequestradores gera adesão ideológica dos sequestrados aos propósitos dos sequestradores. É uma adesão íntima e sincera. É uma adesão que se incorpora na identidade dos sequestrados. Os sequestrados transformam-se, nessas circunstâncias, em instrumentos da missão que justifica a utilização do sequestro.

Do mesmo modo, muitos profissionais, embora impedidos de participar na administração das missões que servem tecnicamente, ao descobrir *in loco* as contradições da prossecução das finalidades institucionais e pessoais (dos dirigentes das instituições) sentem a pressão de optar por servir os dirigentes, oferecendo-lhes a sua cumplicidade em troca de consideração ou simplesmente valores materiais, ou por servir aquilo que interpretam ser a verdadeira missão da instituição sob cuja legitimidade trabalham. A maioria dos profissionais evita colocar-se esta questão; evita vender a sua pessoa ao individuo, funcional ao dirigente ou funcional à instituição. Procura passar desapercebida e escapar às avaliações dos colegas, curiosos de saber de que lado estão uns e outros, como é importante para os presos saber quem colabora com o sistema, máxime o chibo, e quem é contestatário, em nome da lei, isto é, denunciando as violações da lei organizadas pelas autoridades cuja missão é proteger e afirmar a lei.

A experiência da iniciativa *escola para além das ciências sociais*, que procurou informalmente estabelecer um sistema de colaboração voluntária entre profissionais do social para que partilhassem e discutissem as injustiças em que são obrigados a colaborar quotidianamente, mostrou como tal exercício é penoso e destruidor das identidades profissionais. Por efeito do império, mesmo onde o capitalismo não se aplica, as pessoas estão profundamente condicionadas aos respectivos papeis sociais. Os riscos que correm, interior e socialmente, ao revelarem a si mesmas o sequestro em que todos estamos metidos são demasiados para ser possível organizar a reflexão. Situação que explica como é que as ciências centrípetas no campo das ciências sociais conseguem impor-se à reflexividade que as ciências naturais dispensam mais facilmente. A menos de condições instituintes que favoreçam a reflexividade centrífuga, a experiência mostra que a reflexividade centrípeta tem limites estreitos: a auto-censura profissional.

Há muitos projectos de intervenção com potencialidades magníficas de promoção das pessoas que estão sequestradas nos indivíduos que se auto-censuram, à procura de um papel legitimado pelo império, seja no quadro competitivo positivo, como trabalhador, seja no quadro apenas negativo, como o mundo do crime em que vivem os principais capitalistas e estadistas e, no outro lado do espectro social, o lúmpen que frequentemente os serve, sem contrato. Todos esses projectos sociais são bem-vindos e são necessários, na condição de serem interpretados como uma forma de escapar ao sequestro imperial generalizado, em vez de serem interpretados como formas de escapar à má consciência de estarmos a servir o império anti-natural.

Pedra de toque para saber quando estão criadas as condições para impor às instituições a interpretação centrífuga das respectivas missões é quando as crianças e quem delas cuida passarem a ter condições para se tornarem pessoas livres da tutela dos papeis sociais que lhes queremos impor hoje, em nome das interpretações centrípetas do mundo induzidas pelo espírito imperial que se incorpora em nós e que concretiza, em cada momento e em cada local, o império de que sofremos. Quando a prioridade ao serviço dos poderosos deixar de ser a prioridade da educação das nossas crianças, formadas pelas respectivas famílias para esconderem de si mesmas os indivíduos encarcerados que somos, estaremos mais próximos de viver em liberdade.